

ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

Informações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente

Em 31 de março de 2020



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	12
Informações contábeis	14
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período findo em 31 de março de 2020	21

SENHORES

Atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Informações Financeiras da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“ViaRondon”) relativos ao período encerrado em 31 de março de 2020, acompanhados do Relatório de Revisão dos auditores independentes.

APRESENTAÇÃO

A diretoria da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e os representantes da Concessionária ViaRondon assinaram, na tarde do dia 06 de maio de 2009, o contrato de concessão para o trecho oeste da rodovia Marechal Rondon (SP-300), leiloado em outubro de 2008. Esse ato transferiu a administração de 416,8 km do Corredor Marechal Rondon Oeste, que compreende 331,13 km da Rodovia Marechal Rondon SP-300 e 85,5 km de 23 rodovias de acessos para a ViaRondon.

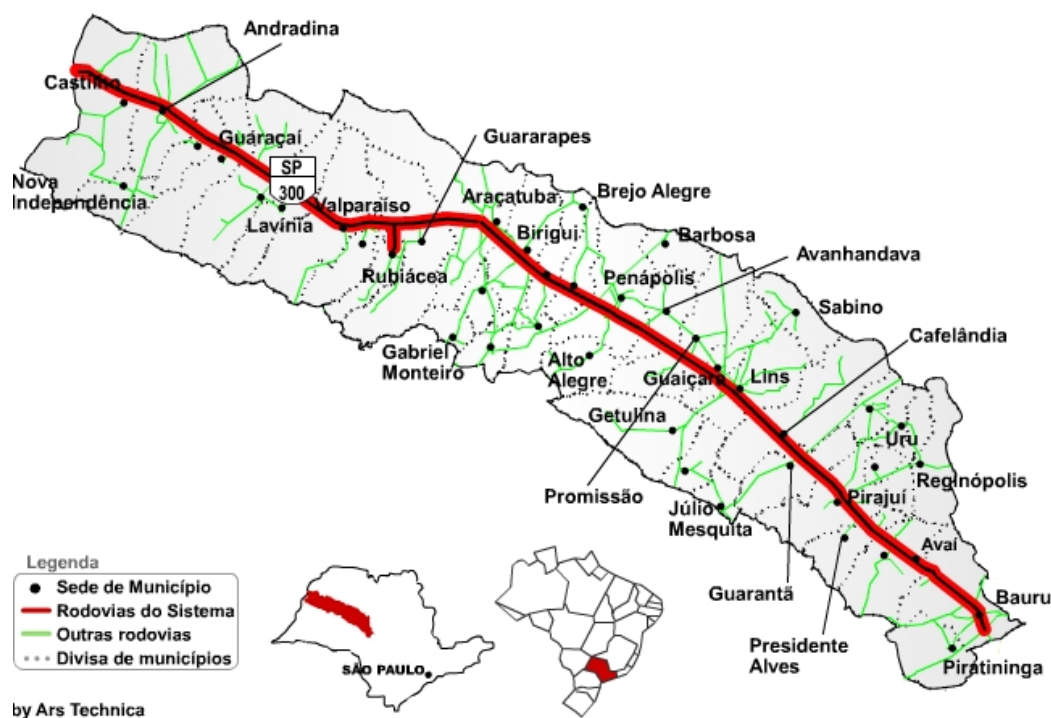
O prazo da concessão é de 30 anos, com outorga fixa no valor de R\$ 411 milhões integralmente paga nos primeiros 18 meses da concessão.

O trecho da Rodovia SP-300 concedido à ViaRondon tem início no município de Bauru, km 336,5, logo após o entroncamento com a rodovia SP-225, até o km 667,63, no município de Castilho/SP, divisa com o estado do Mato Grosso do Sul.

O trecho oeste da rodovia Marechal Rondon (SP-300) é cortado por 25 municípios. São eles: Bauru, Avaí, Presidente Alves, Pirajuí, Guarantã, Cafelândia, Lins, Guaíçara, Promissão, Avanhandava, Penápolis, Glicério, Coroados, Birigui, Araçatuba, Guararapes, Rubiácea, Bento de Abreu, Valparaíso, Lavínia, Mirandópolis, Guaraçaí, Murutinga do Sul, Andradina e Castilho. A concessionária prioriza a contratação de mão-de-obra na região desses municípios.

A ViaRondon tem o compromisso, nos 30 anos da concessão, de investir na melhoria da rodovia e na questão da segurança viária, essencialmente para reduzir o número de acidentes. Dessa forma, a economia da região ganha mais agilidade e competitividade, pois um corredor mais seguro agrega vantagens a diversos segmentos, como turismo, comércio, indústria, integração entre as cidades, logística de produtos e serviços. Além desses benefícios, os usuários economizam na manutenção do veículo, no consumo de combustível e no tempo de viagem.

O mapa abaixo demonstra o trecho explorado pela Companhia:



Os volumes de tráfego no corredor rodoviário administrado pela Companhia são mais altos nas proximidades das cidades de Bauru, Avai, Pirajuí, Lins, Guaiçara, Birigui e Araçatuba.

A Companhia tem como principal fonte de receita o recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas acessórias, como a permissão de ocupação da faixa de domínio da rodovia por empresas de telefonia, energia elétrica, saneamento, entre outras.

A Companhia iniciou suas operações em 06 de maio de 2009, cobrando tarifas de pedágio em 4 praças que já operavam sob a administração do DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo. No final do primeiro trimestre de 2010, a Companhia passou a operar em sua plena capacidade, com a construção de mais 4 praças, totalizando 8 praças cobrando de maneira bidirecional. Segue a relação das praças de pedágio e suas respectivas tarifas localizadas no trecho administrado pela Companhia.

		jul/11	jul/12	jul/13	jul/14	jul/15	jul/16	jul/17	jul/18	jul/19
P1 - Avai	Km 367 + 700	3,90	4,10	4,10	4,30	4,70	5,10	5,30	5,40	5,70
P2 - Pirajuí	Km 400 + 800	3,60	3,80	3,80	4,00	4,40	4,80	4,90	5,10	5,30
P3 - Promissão	Km 455 + 700	4,30	4,60	4,60	4,80	5,20	5,70	5,90	6,10	6,40
P4 - Glicério	Km 497 + 900	4,80	5,10	5,10	5,40	5,80	6,40	6,60	6,80	7,10
P5 - Rubiácea	Km 562 + 000	4,10	4,30	4,30	4,60	5,00	5,40	5,60	5,80	6,10
P6 - Lavínia	Km 590 + 400	3,30	3,40	3,40	3,60	3,90	4,30	4,50	4,60	4,80
P7 - Guaraçai	Km 621 + 200	3,20	3,30	3,30	3,50	3,80	4,20	4,30	4,50	4,70
P8 - Castilho	Km 655 + 400	2,30	2,50	2,50	2,60	2,80	3,10	3,20	3,30	3,40

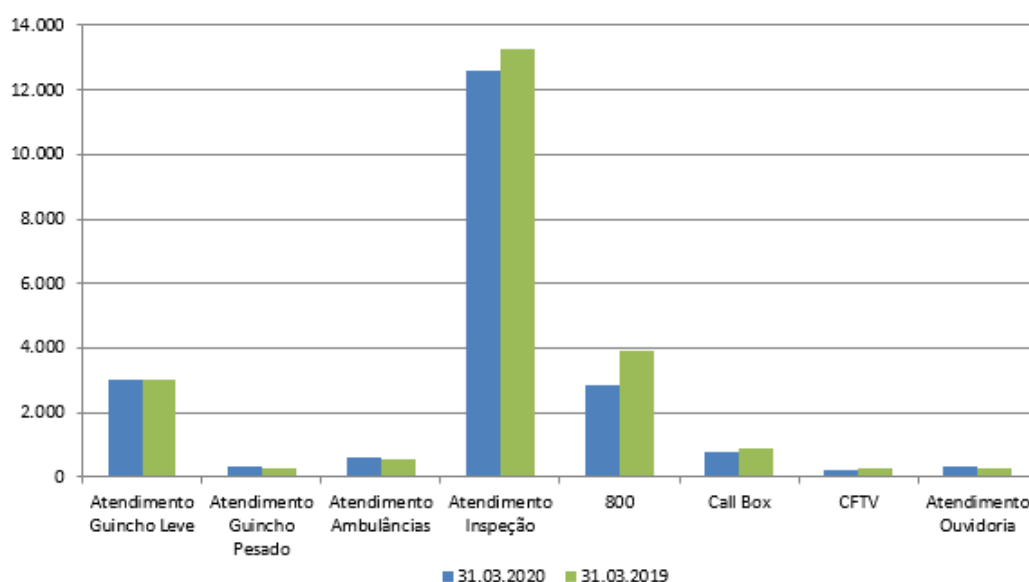
DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Abaixo quadro detalhado que demonstra o comportamento do tráfego, segregado entre veículos de passeio e comerciais:

	31.03.2020				31.03.2019			
	Absolutos		Equivalentes		Absolutos		Equivalentes	
	milhares de veículos	%	milhares de veículos	%	milhares de veículos	%	milhares de veículos	%
TOTAL	5.156	100%	8.961	100%	5.358	100%	9.031	100%
Passeio	3.931	76%	3.874	43%	4.139	77%	4.078	45%
Comerciais	1.225	24%	5.087	57%	1.219	23%	4.953	55%
MÉDIA MENSAL	430		747		447		753	
Passeio	1.310		1.291		1.380		1.359	
Comerciais	408		1.696		406		1.651	

Demonstramos a seguir as quantidades de atendimentos executados por nossa equipe operacional:

Atendimentos



Abaixo resultado operacional:

	mar/20	mar/19
Resultado antes das despesas financeiras	17.167	24.114
Depreciação	529	417
Amortização	6.392	5.981
Provisão para manutenção	10.484	3.954
Provisão para contingências	268	136
EBITDA	34.840	34.602

RECURSOS HUMANOS

Outro grande benefício trazido pela Companhia à região do corredor Marechal Rondon Oeste é geração de empregos diretos e indiretos, através da contratação de mão-de-obra e serviços terceirizados.

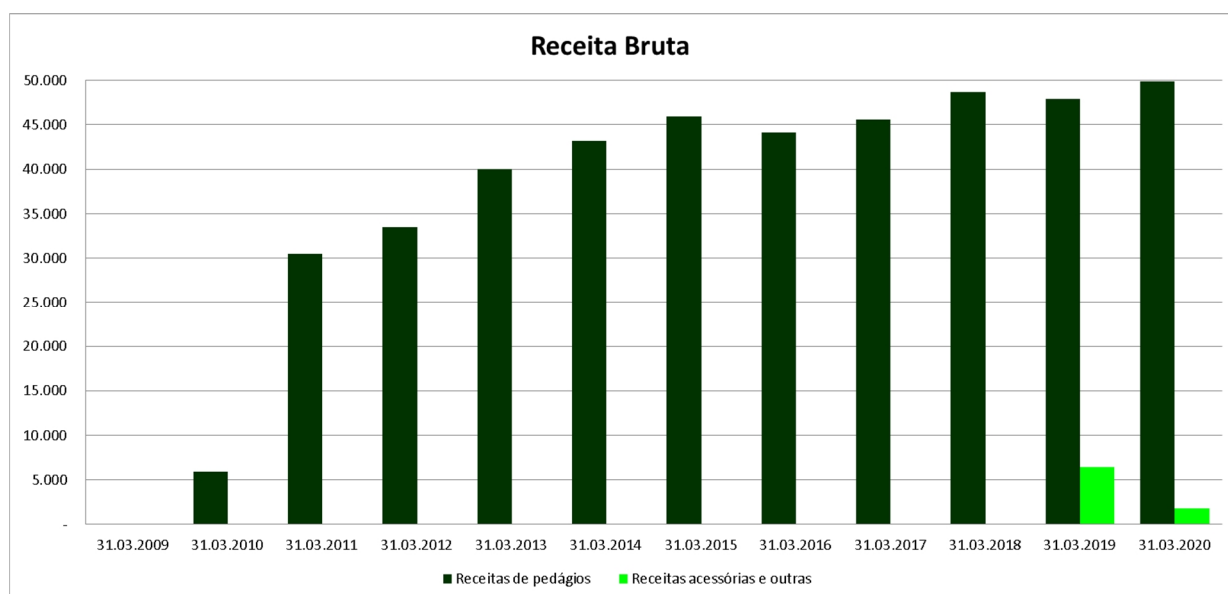
A ViaRondon busca profissionais que compartilhem dos mesmos valores da empresa, ou seja, profissionais atualizados, comprometidos com a segurança e bem-estar dos usuários da rodovia, que exerçam sua responsabilidade sobre o meio ambiente, sua cidadania e, acima de tudo, que sejam transparentes e proativos na geração do desenvolvimento social.

Conforme demonstramos no quadro abaixo, a Companhia tem um compromisso com a diversidade no ambiente de trabalho, adotando uma postura madura diante da pluralidade que nossa sociedade apresenta, acolhendo os colaboradores nas suas diferenças.

Indicadores Pessoais	31/mar/20	31/mar/19
Total de colaboradores diretos	456	444
Feminino	247	250
Masculino	209	194
Colaboradores indiretos	593	553
Pessoas com Deficiências (PCD)	9	10
Estagiários	1	2
Feminino	1	0
Masculino	0	2
Jovens Aprendizizes	12	18
Feminino	7	11
Masculino	5	7

RECEITA BRUTA

Abaixo a evolução da receita bruta ao longo dos anos:



RECEITA DE CONSTRUÇÃO

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Os custos de construção para realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades das concessões.

A receita de construção em 31 de março de 2020 foi de R\$ 7,3 milhões. Valor inferior ao apresentado em 31 de março de 2019, de R\$ 7,4 milhões.

CUSTOS

Abaixo detalhamos a estrutura de custos da Companhia:

NATUREZA	31/03/2020	31/03/2019
PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO	(10.484)	(3.954)
AMORTIZAÇÃO E DEPRECIAÇÃO	(6.919)	(6.395)
SERVIÇO DE TERCEIROS	(5.376)	(7.345)
CUSTO COM PESSOAL	(4.564)	(5.369)
CUSTO DE CONTRATO DE CONCESSÃO	(2.130)	(2.143)
OUTROS	(840)	(505)
TOTAL	(30.313)	(25.711)

O principal custo é a provisão para manutenção, cuja elaboração se dá pela estimativa financeira de desembolsos com intervenções futuras, relacionadas com a expectativa de tráfego no mesmo período. A variação com relação ao ano de 2019 foi em função da revisão das estimativas de intervenções entre os anos de 2020 a 2024.

Abaixo demonstramos os principais custos contemplados nas linhas “Serviço de terceiros” e “Custo de contrato de concessão”.

PRINCIPAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS	31/03/2020	31/03/2019
SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DE REVESTIMENTO VEGETAL	(1.117)	(1.540)
SERVIÇO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	(1.546)	(1.474)
SERVIÇO DE TRANSPORTE DE COLABORADORES	(414)	(434)
SERVIÇO DE LIMPEZA	(273)	(318)
SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	(197)	(235)
SERVIÇO DE CONSULTORIA JURÍDICA	(338)	(444)
OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS	(1.491)	(2.901)
TOTAL	(5.376)	(7.345)

PRINCIPAIS CUSTOS COM CONTRATO DE CONCESSÃO	31/03/2020	31/03/2019
ÔNUS VARIÁVEL DA CONCESSÃO	(775)	(815)
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	(773)	(700)
IPVA	(141)	(62)
MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	(124)	(52)
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS	(66)	(57)
MATERIAL DE LIMPEZA	(65)	(18)
OUTROS	(185)	(439)
TOTAL	(2.130)	(2.143)

INVESTIMENTOS

Os investimentos a serem realizados pela Companhia estão previstos no Contrato de Concessão, que determina metas que a Companhia precisa atingir no prazo da Concessão.

Atualmente, o principal investimento está em Bauru, trata-se da construção de marginais no trecho do km 336+500 metros, até o km 347+700 metros, pista lesta e oeste, no entroncamento com a Bauru-Marília (SP-294). Abaixo quadro ilustrativo:



A Companhia pretende financiar a maior parte de seu programa de investimentos por meio da geração de caixa próprio, da contratação de novos financiamentos e da emissão de valores mobiliários no mercado de capitais.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Como parte de sua política de responsabilidade ambiental, a Companhia desde 25 de fevereiro de 2011 as certificações ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental), ISO 9001:2008 (Gestão da Qualidade) e na norma OHSAS 18001:2007 (Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional), compondo um sistema de gestão integrado para o escopo de operação de serviços em rodovias, abrangendo os sistemas de apoio aos usuários, atendimento pré-hospitalar e de resgate, monitoramento das rodovias, engenharia, conservação, segurança viária das rodovias.

Nesse sentido, a Companhia tem promovido diversas ações visando conscientizar os funcionários e a população da região para evitar desperdício e poluição ao meio ambiente. Abaixo destacamos algumas:



— 23/04/2020 —

ViaRondon distribuirá lanche e kits de higiene para caminhoneiros em Andradina



— 03/04/2020 —

Parceria entre SEST SENAT e ViaRondon distribuirá kits de higiene para caminhoneiros em Araçatuba



— 31/03/2020 —

Parceria entre a ViaRondon, Polícia Militar Rodoviária e grupos de voluntários distribuiu mais de 700 refeições para caminhoneiros



— 20/02/2020 —

ViaRondon prevê aumento de cerca de 10% no tráfego para o Carnaval 2020



— 27/02/2020 —

Balanco Final da Operação Carnaval na Rodovia Marechal Rondon



— 27/03/2020 —

ViaRondon e SEST SENAT distribuem kits de higiene e orientam caminhoneiros para a prevenção da COVID-19



— 07/02/2020 —

ViaRondon apoia campanha contra o lixo na rodovia



— 13/12/2019 —

Simulado de Acidente na SP-300 em Araçatuba



— 18/10/2019 —

ViaRondon apoia campanha Outubro Rosa 2019



— 18/09/2019 —

Semana Nacional do Trânsito



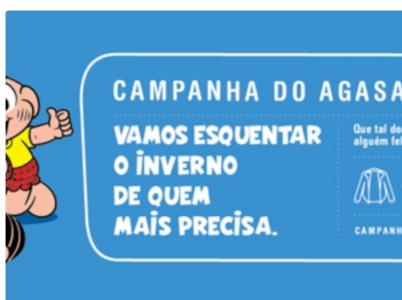
— 30/05/2019 —

Motociclistas receberão orientação sobre segurança



— 27/05/2019 —

DIA MUNDIAL DE COMBATE À HIPERTENSÃO



— 27/05/2019 —

Turma da Mônica participa da Campanha do Agasalho em 2018



— 27/05/2019 —

Maio Amarelo 2018



— 27/05/2019 —

Motociclistas receberão orientação sobre segurança



— 27/05/2019 —

ViaRondon participa do Junho Vermelho



— 27/05/2019 —

Prevenção de acidentes no trânsito é tema de palestra no CR de Birigui



— 27/05/2019 —

Última ação do mês com motociclistas será realizada amanhã



— 27/05/2019 —

ViaRondon realiza mais etapas do Acorda Motorista



— 27/05/2019 —

ViaRondon realiza Pit Stop Pela Vida em Bauru



— 27/05/2019 —

ViaRondon inicia distribuição de folhetos sobre a leishmaniose

PREMIAÇÕES

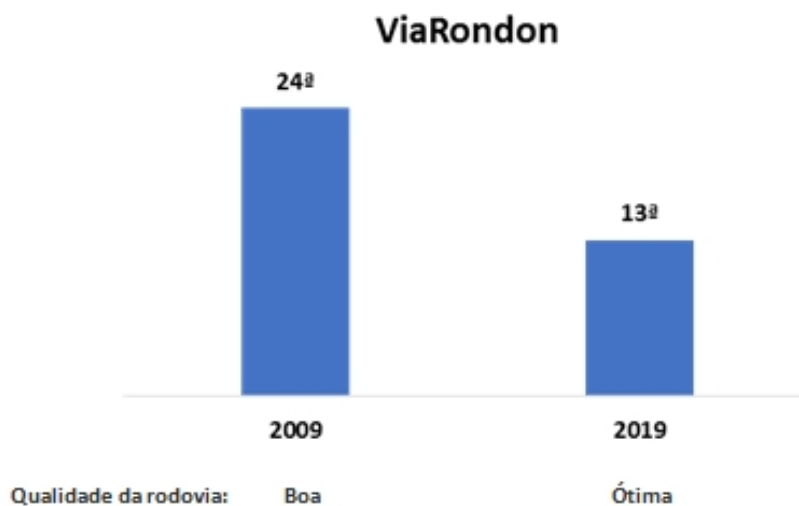
ARTESP

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. recebeu em cerimônia realizada pela ARTESP (Agência de Transporte do Estado de São Paulo), o 1º lugar no quesito Eficiência dos Serviços Operacionais do Prêmio Concessionária do Ano 2018. Foi a segunda vez que a empresa foi considerada a concessionária de rodovia responsável por prestar o melhor serviço a seus usuários no Estado de São Paulo, em 2016 a ViaRondon também foi premiada na mesma categoria. Com a conquista do prêmio, a concessionária reforça sua eficiência e vocação na prestação de serviços aos usuários. E, ao garantir a melhor qualidade de ações como socorro mecânico, guincho, informações e orientações aos usuários, atendimento pré-hospitalar, monitoramento da rodovia e atendimento nas praças de pedágio, acaba contribuindo para a segurança de quem trafega pela rodovia e, conseqüentemente, para a preservação da vida.

Pesquisa CNT de Rodovias

Com o objetivo de apontar as melhores ligações rodoviárias do país, a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) realiza, anualmente, a Pesquisa CNT de Rodovias. Nela são avaliados itens fundamentais para a segurança e o conforto do motorista, entre eles: pavimento, sinalização e geometria da pista.

O resultado positivo deste que é um dos mais importantes estudos sobre a infraestrutura rodoviária nacional está diretamente ligado aos investimentos em modernização e conservação que tem sido executados pela **ViaRondon**



Fonte: CNT - <http://pesquisarodovias.cnt.org.br/>

PARECER DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e também com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09.

AGRADECIMENTOS

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Companhia.

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A
Lins – São Paulo

**Grant Thornton Auditores
Independentes**

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
12º andar, Cj. 1308 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21– Demonstração intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

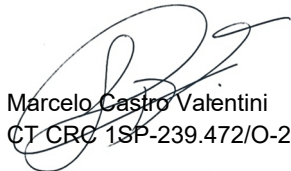
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Estas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 11 de maio de 2020



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC:2SP-025.583/O-1

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2020 e dezembro 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.456	1.407
Aplicações financeiras	4	73.527	61.864
Contas a receber	5	12.001	11.624
Despesas pagas antecipadamente		257	397
Adiantamento a fornecedores		3.194	420
Partes relacionadas	6	2.376	2.232
Outros créditos		2.814	2.811
Total do ativo circulante		<u>95.625</u>	<u>80.755</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		2.254	2.140
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	<u>37.102</u>	<u>37.429</u>
Total do realizável a longo prazo		<u>39.356</u>	<u>39.569</u>
Imobilizado	7	6.757	7.030
Intangível	8	<u>982.488</u>	<u>981.573</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.028.601</u>	<u>1.028.172</u>
Total do ativo		<u>1.124.226</u>	<u>1.108.927</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2020 e dezembro 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRÔNIO PÚBLICO

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	157	72.161
Debêntures	10	35.413	32.239
Fornecedores	11	51.496	52.475
Arrendamento por direito de uso		1.084	1.081
Passivo fiscal		2.976	2.962
Obrigações sociais		3.712	3.476
Provisão para manutenção	12	21.174	22.443
Partes Relacionadas	6	2.146	3.337
Outras contas a pagar		-	1.143
Total do passivo circulante		<u>118.158</u>	<u>191.317</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	-	101.547
Debêntures	10	633.062	429.191
Arrendamento por direito de uso		373	673
Provisão para manutenção	12	70.622	71.317
Provisão para contingências	14	962	930
Total do passivo não circulante		<u>705.019</u>	<u>603.658</u>
Patrimônio líquido			
Capital integralizado	15	402.651	402.651
Prejuízos acumulados	15	(101.602)	(88.699)
Total do patrimônio líquido		<u>301.049</u>	<u>313.952</u>
Total do passivo		<u>823.177</u>	<u>794.975</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.124.226</u>	<u>1.108.927</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultado para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Receita operacional líquida	16	54.787	57.235
Custo dos serviços prestados	17	(28.152)	(23.958)
Custo de construção	17	<u>(7.307)</u>	<u>(7.410)</u>
Lucro bruto		19.328	25.867
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	<u>(2.161)</u>	<u>(1.753)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		17.167	24.114
Receita financeira	18	439	646
Despesa financeira	18	<u>(30.182)</u>	<u>(19.683)</u>
Resultado financeiro líquido		(29.743)	(19.037)
Resultado antes dos impostos		<u>(12.576)</u>	<u>5.077</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(327)	(4.352)
Lucro líquido/(prejuízo) do período		<u>(12.903)</u>	<u>725</u>
Lucro/(prejuízo) básico diluído por ação em reais		<u>(0,02586)</u>	<u>0,00186</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultado abrangente para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do período	----- (12.903) -----	----- 725 -----
Total de resultado abrangente do período	----- (12.903) -----	----- 725 -----

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital integralizado			Lucros	Total
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado	(Prejuízos) acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2019	389.000	(20.349)	368.651	(40.434)	328.217
Resultado do período	-	-	-	725	725
Saldo em 31 de março de 2019	389.000	(20.349)	368.651	(39.709)	328.942
Saldo em 1º de janeiro de 2020	499.000	(96.349)	402.651	(88.699)	313.952
Resultado do período	-	-	-	(12.903)	(12.903)
Saldo em 31 de Março de 2020	<u>499.000</u>	<u>(96.349)</u>	<u>402.651</u>	<u>(101.602)</u>	<u>301.049</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do período	(12.903)	725
Ajustes para:		
Depreciação	529	417
Amortização	6.392	5.981
Baixa do intangível	630	361
Baixa do ativo imobilizado líquida	140	-
Provisão para manutenção	10.484	3.954
Provisão para contingências	32	(168)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	16.700	18.605
Imposto de renda e contribuição social diferidos	327	4.352
	<u>22.331</u>	<u>34.227</u>
(Aumento) redução no ativo:		
Contas a receber	(377)	(3.038)
Despesas pagas antecipadamente	140	335
Outros créditos	(2.891)	(91)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	(1.276)	9.208
Passivo fiscal corrente	14	(10)
Obrigações sociais	236	19
Contas a pagar	(1.143)	(1.902)
Consumo de provisão para manutenção	(12.448)	(18.016)
Juros pagos	(68.055)	(5.723)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(63.469)</u>	<u>15.009</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(164.289)	(16.460)
Resgate das aplicações	152.626	18.039
Aquisição de imobilizado	(396)	(74)
Adição ao intangível	(7.937)	(11.398)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(19.996)</u>	<u>(9.893)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	700.007	-
Partes relacionadas	(1.335)	7.907
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(615.158)	(15.117)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	<u>83.514</u>	<u>(7.210)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>49</u>	<u>(2.094)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.407	4.897
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de Março	<u>1.456</u>	<u>2.803</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Receitas operacionais	58.981	61.765
Serviços prestados	49.879	47.919
Receita de construção	7.307	7.410
Outras receitas	1.795	6.436
Insumos adquiridos de terceiros	(26.135)	(21.706)
Custos serviços prestados	(5.376)	(7.339)
Custo de construção	(7.307)	(7.410)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.452)	(6.957)
Valor adicionado bruto	32.846	40.059
Depreciação de imobilizado	(529)	(417)
Amortização de intangível	(6.392)	(5.981)
Valor adicionado líquido produzido	25.925	33.661
Receitas financeiras	439	646
Valor adicionado total a distribuir	<u>26.364</u>	<u>34.307</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	4.013	4.398
Remuneração direta	2.767	3.066
Benefícios	937	1.062
F.G.T.S.	292	269
Outros	17	1
Impostos, taxas e contribuições	5.211	9.548
Federais	2.704	6.934
Estaduais	141	65
Municipais	2.366	2.549
Remuneração de capitais de terceiros	30.043	19.636
Juros	30.182	19.683
Aluguéis	(139)	(47)
Remunerações de capitais próprios	(12.903)	725
Lucro líquido/(prejuízo) do período	(12.903)	725
Total distribuição valor adicionado	<u>26.364</u>	<u>34.307</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“Artesp”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013;
- Realização de investimentos na rodovia.

Efeitos da COVID-19

Conforme divulgado pela Companhia em Comunicado ao Mercado no dia 19 de Março de 2020, em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades diante do atual cenário e dos desdobramentos da pandemia, a ViaRondon destaca as seguintes principais medidas adotadas para apoiar na prevenção do COVID-19: criação de um comitê de crise; afastamento domiciliar para colaboradores que vierem a apresentar os sintomas do COVID-19, com monitoramento pelo departamento de recursos humanos; adoção de home office para todos os colaboradores que possam desenvolver suas atividades fora do espaço físico da empresa; divulgação expressiva das formas de prevenção, através de diversos canais, aos colaboradores e seus parceiros; e acompanhamento constante de potenciais impactos decorrentes da pandemia em seus negócios.

No primeiro trimestre a Companhia não identificou impactos significativos em suas operações. Sobre a expectativa de queda expressiva no tráfego para os próximos meses, a Companhia possui uma forte posição de caixa e segue adotando medidas de austeridade em sua gestão de caixa, considerando a seu favor o perfil de dívida alongado e estritamente controlado.

A Companhia cumpre rigorosamente o seu papel social de atender a população usuária da rodovia, sempre mantendo os padrões mais rígidos de segurança viária e sanitária, e está consciente de que esse é um evento de força maior, e portanto demandará um aditamento de reequilíbrio contratual assim que a extensão do efeitos dessa pandemia puderem ser mensurados.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Base de elaboração e preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. Portanto, as informações de notas explicativas, que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação àquelas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações contábeis anuais até 31 de março 2020.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, alguns passivos e ativos ao valor justo por meio do resultado e alguns instrumentos financeiros a valor realizável.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações

relevantes na preparação destas informações contábeis intermediárias em relação as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 11 maio de 2020.

2.3. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente

2.3.1. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Com essa nova norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. Em 21 de dezembro de 2017, a CVM, através da deliberação nº 787/17, aprovou o CPC 06 (R2) que equivale a IFRS em questão. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, data efetiva da adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para os contratos de arrendamento de curto prazo e cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor, esses contratos são de determinados equipamentos de escritório (como notebooks, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

A Companhia aplicou a IFRS 16 utilizando abordagem retrospectiva e o expediente prático com relação à definição de contratos de arrendamento na data de transição. Portanto, o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, na data de aplicação inicial. O ativo de direito de uso na data da adoção inicial, para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional foi, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial.

A Companhia realizou uma análise e adotou o IFRS 16, entretanto os impactos não foram materiais.

Interpretação IFRIC 23 – “Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda”

Em dezembro de 2018, a CVM, através da deliberação nº 804/18, aprovou a ICPC 22 – “Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro”, que equivale à IFRIC em questão. A interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 – “Tributos sobre o lucro” quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A ICPC 22 não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes aos juros e multas associados aos tratamentos tributários incertos. São abordados especificamente:

- Se a Companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;

- Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia realizou uma análise do IFRIC 23 e não identificou impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2020	31/12/2019
Bancos	1.372	1.323
Fundo de troco/numerários trânsito	84	84
	1.456	1.407

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 20.

4. Aplicações financeiras

	31/03/2020	31/12/2019
Aplicação financeira	53.595	-
Aplicação financeira - garantia	19.932	61.864
	73.527	61.864

Aplicação financeira mantida junto ao Banco Santander, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto a Debêntures, veja maiores detalhes nas Notas Explicativas nºs 9 e 10.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 20.

5. Contas a receber

	31/03/2020	31/12/2019
Pedágio eletrônico	10.564	9.547
Visa - vale-pedágio	238	162
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	797	1.565
DBTrans S/A	264	215
Outros	138	135
	12.001	11.624

Idade de vencimento dos títulos	31/03/2020	31/12/2019
Créditos a vencer até 30 dias	11.667	11.366
Créditos a vencer até 60 dias	126	123
Créditos vencidos até 60 dias	34	-
Créditos vencidos até 90 dias	36	-
	11.863	11.489

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes significativos vencidos e a Companhia também não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

6. Transações com partes relacionadas

A seguir, o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos trimestre findos em 31 de março de 2020 e 2019:

Descrição	31/03/2020	31/03/2019
Diretores estatutários	10	12

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Saldos patrimoniais

	Notas	Saldo em aberto em	
		31/03/2020	31/12/2019
Ativo			
Adiantamentos aos fornecedores			
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	1.258	1.213
BRVias S.A.	(v)	1.118	1.019
Total		2.376	2.232
Passivo			
Serviços prestados			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(394)	(377)
Splice Ind. e Com de Serviços	(iii)	(1.752)	(2.951)
Outros	(iv)	-	(9)
Total		(2.146)	(3.337)
Total líquido		230	(1.105)

b. Transações que afetaram o resultado

	Notas	Valor da transação no resultado	
		31/03/2020	31/03/2019
Serviços prestados			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(414)	(413)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	(1.785)	(731)
BRVias S.A.	(v)	(355)	(869)
Outros	(iv)	(34)	(49)
Total		(2.588)	(2.062)

(i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;

(ii) Serviços de transportes de pessoal;

(iii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;

(iv) Serviços de consultoria administrativa;

(v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados;

7. Imobilizado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	4.543	5.958	2.007	2.020	14.528
Adições	349	809	386	2.329	3.873
Baixas	(49)	-	(11)	(18)	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.843	6.767	2.382	4.331	18.323
Adições	80	85	138	93	396
Baixas	(4)	(43)	-	(93)	(140)
Saldo em 31 de março de 2020	4.919	6.809	2.520	4.331	18.579
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(3.463)	(3.342)	(1.227)	(1.594)	(9.626)
Depreciação no exercício	(493)	(540)	(199)	(435)	(1.667)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.956)	(3.882)	(1.426)	(2.029)	(11.293)
Depreciação no período	(128)	(158)	(48)	(195)	(529)
Saldo em 31 de março de 2020	(4.084)	(4.040)	(1.474)	(2.224)	(11.822)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2019	887	2.885	956	2.302	7.030
Em 31 de março de 2020	835	2.769	1.046	2.107	6.757

8. Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2019	35.120	469.757	8.106	413.597	176.704	3.301	-	1.106.585
Aquisições e construções	51	20.667	49	-	42.952	186	2.902	66.807
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.171	490.424	8.155	413.597	219.656	3.487	2.902	1.173.392
Aquisições e construções	-	3.421	12	-	4.504	-	-	7.937
Baixas	-	-	-	-	(630)	-	-	(630)
Saldo em 31 de março de 2020	35.171	493.845	8.167	413.597	223.530	3.487	2.902	1.180.699
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(10.768)	(56.202)	(2.201)	(77.063)	(18.999)	(1.189)	-	(166.422)
Amortização do exercício	(768)	(10.274)	(177)	(9.045)	(3.865)	(72)	(1.196)	(25.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.536)	(66.476)	(2.378)	(86.108)	(22.864)	(1.261)	(1.196)	(191.819)
Amortização do período	(183)	(2.552)	(42)	(2.153)	(1.143)	(19)	(300)	(6.392)
Saldo em 31 de março de 2020	(11.719)	(69.028)	(2.420)	(88.261)	(24.007)	(1.280)	(1.496)	(198.211)
Valor líquido contábil								
Em 31 de dezembro de 2019	23.635	423.948	5.777	327.489	196.792	2.226	1.706	981.573
Em 31 de março de 2020	23.452	424.817	5.747	325.336	199.523	2.207	1.406	982.488

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

2009

Valor da outorga	411.000
Ajuste ao valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

9. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 20.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	31/03/2020	31/12/2019
<i>Finame</i> -BNDES (i)	5,50%	-	2021	157	200
<i>Finem</i> -BNDES (i)	5,95%	TJLP	2025	-	80.399
<i>Finem</i> -BNDES (i)	2,0518%	UMIPCA-M.	2025	-	40.268
CCB	5,40%	CDI	2020	-	27.376
CCB	1,35%	CDI	2020	-	22.507
<i>Leasing</i>	11,62% a 15,50%	-	2017 - 2022	-	2.958
				157	173.708
Passivo circulante				157	72.161
Passivo não circulante				-	101.547

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade *Finame* para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens;

Composição por vencimento:

	31/03/2020	31/12/2019
Vencimento em		
2021	-	36.395
2022	-	26.801
Acima 2023	-	38.351
	-	101.547

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	173.708	167.799
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(170.847)	(36.610)
Pagamentos de juros	(5.480)	(13.708)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(176.327)	(50.318)
Outras variações		
Novas captações	-	24.438
Despesas de juros	2.776	31.789
Total de outras variações	2.776	56.227
Saldos finais	157	173.708

10. Debêntures

Tipo de operação	Valor da emissão	Data liberação	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/03/2020	31/12/2019
Debêntures	700.000	28/02/2020	15/12/2034	5,55% a.a. + IPCA	668.475	-
Debêntures	300.000	04/06/2012	04/06/2027	8,15% a.a.+ iPCa	-	461.430
					668.475	461.430
Circulante					35.413	32.239
Não circulante					633.062	429.191

Composição por vencimento:

	31/03/2020	31/12/2019
Vencimento em		
2021	39.436	48.144
2022	40.388	51.408
2023 a 2024	553.238	329.639
	633.062	429.191

Movimentação das debêntures:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	461.430	442.516
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento do principal	(444.311)	(2.257)
Pagamentos de juros	(62.575)	(34.033)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(506.886)	(36.290)
Outras variações		
Novas Captações	700.007	-
Despesas de juros	13.924	55.204
Total de outras variações	713.931	55.204
Saldos finais	668.475	461.430

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou a segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 700.000. Foram emitidas 700.000 (setecentas mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (hum mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de junho de 2020 e último vencimento em 15 de dezembro de 2034.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 5,55% a.a..

Cada uma das debêntures fará jus ao pagamento de seu valor nominal unitário atualizado e juros semestralmente, iniciando em 15 de junho de 2020 até 15 de dezembro de 2034.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índice de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses antecedentes à data do cálculo, superior ou igual a 1,3x

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findo dezembro de cada ano.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 37.255 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2020 foi de R\$ 169. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de março de 2020 é de R\$ 37.086.

11. Fornecedores

	31/03/2020	31/12/2019
Fornecedores diversos	34.540	31.582
Medições a pagar	4.924	9.310
Retenções (i)	12.032	11.583
Total	51.496	52.475

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

31/03/2020 31/12/2019

A vencer		
De 1 a 30 dias	17.033	15.345
De 31 a 60 dias	3.011	5.109
De 61 a 90 dias	1.636	3.463
De 91 a 180 dias	1.634	2.769
De 181 a 360 dias	6.480	293
	29.794	26.979
Vencidas		
Até 30 dias	1.734	2.313
De 31 a 60 dias	978	568
De 61 a 90 dias	23	2
De 91 a 180 dias	542	18
De 181 a 360 dias	17	483
A mais de 360 dias	1.452	1.219
	4.746	4.603
	34.540	31.582

12. Provisão para manutenção – contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Passivo circulante	21.174	22.443
Passivo não circulante	70.622	71.317
Total	91.796	93.760

Movimentação da provisão para manutenção

Em 1º de janeiro de 2019	41.317
Realização por consumo	(55.795)
Adições	108.238
Em 31 de dezembro de /2019	93.760
Realização por consumo	(12.448)
Adições	10.484
Em 31 de março de 2020	91.796

13. Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, referentes à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	31/03/2020	31/12/2019
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	38.138
Provisão para manutenção	31.211	31.878
Outras provisões temporárias	483	473
	69.832	70.489
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.979)	(1.939)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(30.751)	(31.121)
	(32.730)	(33.060)
	37.102	37.429

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/03/2020	Saldo em 31/12/2019	31/03/2020	31/03/2019
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	38.138	-	-
Provisão para manutenção	31.211	31.878	(667)	(4.782)
Outras provisões temporárias	483	473	10	100
	69.832	70.489	(657)	(4.682)
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.979)	(1.939)	(40)	(40)
Intangíveis - efeito temporário	(30.751)	(31.121)	370	370
	(32.730)	(33.060)	330	330
	37.102	37.429	(327)	(4.352)

a. Créditos tributários

Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	31/03/2020	31/12/2019
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	119.653	112.231

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2025, como demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/03/2020	Saldo em 31/12/2019
2021	7.376	7.376
2022	26.118	26.118
2023	31.371	31.371
2024	37.371	37.371
2025	17.417	9.995
	119.653	112.231

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	31/03/2020	31/03/2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(12.576)	5.077
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	4.276	(1.726)
(-) Adições permanentes	(425)	(330)
(+) Exclusão permanente	325	5.957
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	-	-
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	-	(1.292)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(327)	(4.352)
	3%	-86%

14. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de março de 2020, está provisionado o montante de R\$ 962 (R\$ 930 em 31 de dezembro de 2019), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2019	681	249	930
Provisão	214	54	268
Reversão de Provisão	(236)	-	(236)
Saldo final 31 de março de 2020	659	303	962

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 11.037 em 31 de março de 2020 (R\$ 12.115 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia também possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 35.900 (Nota Explicativa nº 21) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, na qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/03/2020		31/12/2019	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	64	8.602	54	9.312
Trabalhistas	84	2.435	79	2.803
Total	148	11.037	133	12.115

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 499.000, sendo já integralizados R\$ 402.651 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2019) e a integralizar R\$ 96.349 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2019), e está representado por 249.500.000 de ações ordinárias e 249.500.000 de ações preferenciais (mesmas quantidades em 31 de dezembro de 2019).

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

16. Receita operacional líquida

A seguir, a composição da receita operacional líquida:

	31/03/2020	31/03/2019
Receita de pedágios	49.879	47.919
Receitas acessórias	1.623	6.396
Receita de construção	7.307	7.410
Outras receitas	172	40
Tributos incidentes	(4.194)	(4.530)
Total	54.787	57.235

17. Gastos por natureza

Abaixo a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	31/03/2020	31/03/2019
Serviços de terceiros	(5.376)	(7.345)
Com pessoal	(4.564)	(5.369)
Amortização e depreciação	(6.919)	(6.395)
Constituição de provisão para manutenção	(10.484)	(3.954)
Custo de contrato concessão	(2.130)	(2.143)
Outros	(840)	(505)
Total	(30.313)	(25.711)
Custo dos serviços prestados	(28.152)	(23.958)
Despesas administrativas e gerais (i)	(2.161)	(1.753)
Custo de construção	(7.307)	(7.410)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

18. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos trimestre findos em 31 de março de 2019 e 2018 foram:

	31/03/2020	31/03/2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	439	646
Total das receitas financeiras	439	646
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(15.946)	(18.561)
Outras despesas financeiras (i)	(14.236)	(1.122)
Total das despesas financeiras	(30.182)	(19.683)
Resultado financeiro líquido	(29.743)	(19.037)

(i) Aumento devido a “juros prêmio” pelo pagamento antes do vencimento das debêntures e empréstimos BNDES, e apropriação dos custos da 1º emissão das debêntures quitadas em 2020.

19. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestre findos em 31 de março de 2020 e 2019.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

	Resultado do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação Básico e diluído - R\$ - expresso em reais
2020	(12.903)	499.000.000	(0,02586)
2019	725	389.000.000	0,00186

20. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

				31/03/2020		
		Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiros mensurados ao custo amortizado		
		Nota				
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.456	-	-		
Aplicações financeiras	4		73.527	-		
Contas a receber de clientes	5		12.001	-		
Outros créditos			2.814	-		
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	9			(157)		
Debêntures	10			(668.475)		
Fornecedores e partes relacionadas	11 e 6			(53.642)		
			1.456	88.342	(722.274)	

				31/12/2019		
		Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiros mensurados ao custo amortizado		
		Nota				
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.407	-	-		
Aplicações financeiras	4		61.864	-		
Contas a receber de clientes	5		11.624	-		
Outros créditos			2.811	-		
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	9			(173.708)		
Debêntures	10			(461.430)		
Fornecedores e partes relacionadas	11 e 6			(55.812)		
			1.407	76.299	(690.950)	

b. Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados:

Em 31/03/2020	Contábil	Fluxo contratual	2020	2021	Acima de 2022
Empréstimos e financiamentos	157	203	175	28	-
Debêntures	668.475	1.248.952	35.413	39.436	1.174.103
Fornecedores e partes relacionadas passivas	53.642	53.642	53.642	-	-
	722.274	1.302.797	89.230	39.464	1.174.103

Em 31/12/2019	Contábil	Fluxo contratual	2020	2021	Acima de 2022
Empréstimos e financiamentos	173.708	178.550	77.305	36.395	64.850
Debêntures	461.430	689.283	48.144	51.408	589.731
Fornecedores e partes relacionadas passivas	52.475	52.475	52.475	-	-
	687.613	920.308	177.924	87.803	654.581

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de março de 2020 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente, não apresenta exposição aos riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados às crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, à mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Perfil

Na data das informações do período, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são

apresentadas abaixo:

	Valor contábil	
	31/03/2020	31/12/2019
Instrumentos de taxa prefixada		
Empréstimos e financiamentos	157	3.158

	Risco	Valor contábil	
		31/03/2020	31/12/2019
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	-	49.883
Empréstimos e financiamentos	TJLP	-	80.399
Empréstimos e financiamentos	UM-IPCA	-	40.268
Debêntures	IPCA	668.475	461.430

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA.

(v) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo Bacen – Relatório FOCUS, ambas em 31 de março de 2020.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA é apresentada na tabela na próxima página.

(vii) Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – depreciação das taxas

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 31 de março de 2020.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Instrumentos	Exposição 31/03/2020	Risco	Cenários					
			Provável	Aumento do índice em 25%	Aumento do índice em 50%			
			Valor	Valor	Valor			
Debêntures	668.475	Aumento IPCA	4,01%	(26.806)	5,01%	(33.507)	6,02%	(40.209)
Total dos passivos financeiros	668.475			(26.086)		(33.507)		(40.209)
Impacto no resultado do período apresentado						(6.701)		(13.403)

Instrumentos	Exposição 31/03/2020	Risco	Cenários					
			Provável	Redução do índice em 25%	Redução do índice em 50%			
			Valor	Valor	Valor			
Debêntures	668.475	Aumento IPCA	4,01%	26.806	3,23%	20.104	2,01%	13.403
Total dos passivos financeiros	668.475			26.806		20.104		13.403
Impacto no resultado do período apresentado						701		13.403

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Maio/2019 a maio/2020	78.846
Garantia ampliação	Maio/2019 a maio/2020	130.585
Operacionais	Maio/2019 a maio/2020	267.000
Responsabilidade civil	Maio/2019 a maio/2020	35.900
Engenharia	Maio/2019 a maio/2020	12.320

Em virtude da aquisição dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Empresa.

22. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da empresa conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

23. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto aos eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 21.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível aos questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não estejam atendendo às obrigações licitatórias.

Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

24. Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Entretanto, em 27 de junho de 2013, foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e conseqüentemente cumprir as metas contratuais.

25. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o período findo em 31 de março de 2020, a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 7.937, dos quais R\$ 479 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado (fornecedores) para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

* * *

Diretoria

Marcos Máximo de Novaes Mendonça

Diretor Financeiro

José Efraim Neves da Silva

Diretor Administrativo

Ricardo de Souza Adenes

Diretor de Relações com Investidores

Fábio Abritta Filho

Diretor Presidente

Guilherme Bastos Martins

Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Antônio Roberto Beldi

Paulo Sergio Coelho

Ricardo Constantino

Ricardo de Souza Adenes

Contador

Marcelo Carlos Biancolini

Contador – CRC/SP nº 1SP236252/O-0